



Câmara

MUNICIPAL DE ITUIUTABA

COMPROMISSO COM O CIDADÃO

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Relatora: Ver. Gabriela Ceschim Pratti


FUED JOSÉ DIB, digno Prefeito Municipal, envia ao Legislativo, **Projeto de Lei CM/33/2017**, que concede subvenções sociais, em caráter de complementação, no exercício de 2017 e dá outras providências.

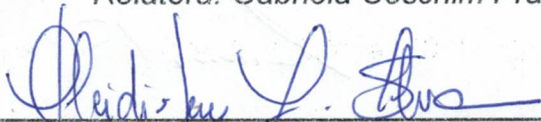
Nenhuma restrição a ser feita, seja ao aspecto jurídico-legal da matéria apreciada, seja à sua redação.

Quanto ao seu mérito, entretanto, que manifeste o Plenário.

Câmara Municipal de Ituiutaba, 18 de abril de 2017.


Presidente: Marco Túlio Faissol Tannús


Relatora: Gabriela Ceschim Pratti


Membro: Cleidislene Conceição Silva



Câmara

MUNICIPAL DE ITUIUTABA

COMPROMISSO COM O CIDADÃO

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TOMADA DE CONTAS E FISCALIZAÇÃO

Relator: Ver. André Luiz Nascimento Vilela

*FUED JOSÉ DIB, digno Prefeito Municipal, envia ao Legislativo, **Projeto de Lei CM/33/2017**, que concede subvenções sociais, em caráter de complementação, no exercício de 2017 e dá outras providências.*

A matéria submetida ao nosso exame não contém imperfeição de maior monta que comprometa o seu aspecto técnico ou financeiro.

Quanto ao seu mérito, entretanto, que manifeste o Plenário.

Câmara Municipal de Ituiutaba, 18 de abril de 2017.



Presidente: Hildorval Martins de Oliveira Junior

Relator: André Luiz Nascimento Vilela



Membro: Vilsomar Paixão do Amaral Villano



Câmara

MUNICIPAL DE ITUIUTABA

COMPROMISSO COM O CIDADÃO

PARECER JURÍDICO Nº 050/2017

FUED JOSÉ DIB, digno Prefeito Municipal, envia ao Legislativo, **Projeto de lei CM/33/2017**, que concede subvenções sociais, em caráter de complementação, no exercício de 2017 e dá outras providências. Por determinação do Sr. Presidente da Câmara, aludido projeto é submetido a parecer jurídico.

A matéria comporta o seguinte **parecer**:

A iniciativa de lei, no caso em exame, obedece à disciplina constitucional. A espécie do projeto – matéria orçamentária e financeira - é de iniciativa privativa do Executivo.

Examinando a Administração Pública em sentido objetivo temos que ela *"abrange as atividades exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes incumbidos de atender concretamente às necessidades coletivas; corresponde à função administrativa, atribuída preferencialmente aos órgãos do Poder Executivo"* (Cf. Maria Sylvia Zanella Di Pietro - "in" Direito Administrativo, 13a ed.. Atlas, pág. 59).

Esclarece:

"Nesse sentido, a Administração Pública abrange o fomento, a polícia administrativa e o serviço público. Alguns autores falam em intervenção como quarta modalidade, enquanto outros a consideram como espécie de fomento. O fomento abrange a atividade administrativa de incentivo à iniciativa privada de utilidade pública" (Idem, ibidem).

Desse modo, compreendida as atividades das entidades que serão beneficiadas, a quem se destinam os recursos, como iniciativa privada de utilidade pública, vistas como *"órgãos incumbidos de atender concretamente às necessidades coletivas"*, revela-se adequada a destinação a elas dos recursos, como fomento, na modalidade de *"auxílios financeiros ou subvenções, por conta dos orçamentos públicos"* (idem).

As atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por entidades previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política, fica a faculdade de administração pública dispensar a realização do chamamento público, nos termos do art.

"Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

(...)

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo



Câmara

MUNICIPAL DE ITUIUTABA

COMPROMISSO COM O CIDADÃO

órgão gestor da respectiva política. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)."

O projeto, no seu aspecto formal e quanto ao mérito, tem amparo no ordenamento constitucional vigente.

É o parecer.

Câmara Municipal de Ituiutaba, em 18 de abril de 2017.

Cristiano Campos Gonçalves
Assessor Jurídico
OAB/MG 83.840

PREFEITURA DE ITUIUTABA

Ofício nº 2017/070

Ituiutaba, 17 de abril de 2017.

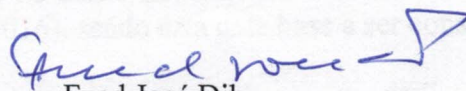
A Sua Excelência o Senhor
Odeemes Braz dos Santos
Presidente da Câmara Municipal de Ituiutaba
Praça Cônego Ângelo, s/nº
38300-146 - Ituiutaba - MG

Assunto: Encaminha Mensagem nº 21

Senhor Presidente,

Tenho o prazer de passar às mãos de V. Exa. a inclusa Mensagem nº 21/2017, desta data, acompanhada de projeto de lei que *concede subvenções sociais, em caráter de complementação no exercício de 2017, e dá outras providências.*

Atenciosamente,



Fued José Dib

- Prefeito de Ituiutaba -

PREFEITURA DE ITUIUTABA

MENSAGEM N. 021/2017

Ituiutaba, 17 de Abril de 2017

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

O projeto de lei que se encaminha a essa edilidade, através da presente mensagem, concede subvenções sociais, em caráter de Complementação, no exercício de 2017, cujos recursos são oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, e dá outras providências.

Importante, salientar que os repasses em 2017 para estas entidades, bem como para as demais, já foram aprovados mediante a Lei nº 4.469 de 2016.

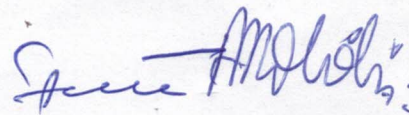
Este novo levantamento diz respeito apenas aos alunos faltantes no RELATÓRIO FINAL do MEC/INEP (governo Federal), já que estavam cadastrados como ALUNOS INCLUIDOS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL, fora do relatório final que tivemos como base para os cálculos dos repasses, mesmo estando devidamente matriculados nas RESPECTIVAS ENTIDADES FILANTROPICAS.

Ressaltamos que, para este levantamento, consideramos o valor anual por alunos estimado mais o atual (portaria Interministerial nº 08 de 26 de dezembro de 2016) e a quantidade de alunos informada pelas próprias entidades no Sistema Educacenso (os dados do censo Escolar tem como referencia a última quarta-feira do mês de maio – 25/05/2016), sendo esta data base a ser considerada.

Deve ser evidenciado que aqueles recursos federais transitam pelo orçamento do Município, como acontece com todo recurso de outra esfera de governo, pelo que torna necessária autorização legislativa para destinação específica dos mesmos às entidades beneficiárias, devidamente cadastradas na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer.

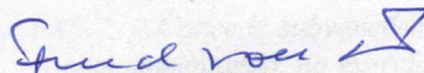
Posta em destaque a realidade relativa aos recursos do projeto, onde se sobressai a indispensável providência orçamentária, cujo procedimento é objeto de esclarecimentos de ordem técnica e legal, acha-se a matéria apta a merecer o exame desse Parlamento Municipal, pelo que estamos solicitando seja o projeto apreciado e votado “em regime de urgência”, observado o ordenamento regimental dessa edilidade.

Com os protestos de estima e consideração, renovamos as homenagens devidas aos nobres integrantes dessa Câmara.

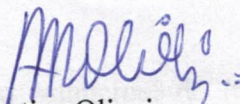


PREFEITURA DE ITUIUTABA

Saudações,



Fued José Dib
- Prefeito de Ituiutaba -



Alessandro Martins Oliveira
- Procurador geral do Município -

PREFEITURA DE ITUIUTABA

PROJETO DE LEI N., DE DE DE 2017

Concede subvenções sociais, em caráter de complementação, no exercício de 2017 e dá outras providências.

CM/33/2017

A Câmara Municipal de Ituiutaba decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Prefeitura Municipal de Ituiutaba poderá conceder subvenções, no exercício de 2017, às seguintes entidades, até os limites abaixo fixados:

- Centro Social Leão XIII	R\$ 13.088,32
- Creche Maria de Nazaré I e II	R\$ 13.683,24
- Lar Espírita Maria José Fratari	R\$ 3.272,08
- Lar Espírita Pouso do Amanhecer	R\$ 18.145,16
TOTAL	R\$ 48.188,80

Art. 2º As subvenções concedidas, em caráter de complementação, pela presente lei serão liberadas de acordo com as disponibilidades financeiras do Município e, especialmente, decorrentes dos recursos oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, mediante requerimento das entidades beneficiárias.

Parágrafo único. A transferência dos recursos será feita depois de celebrado aditivo ao convênio entre o Município e a entidade requerente.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2017.

Aprovado em 2.ª Votação por unanimidade.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Ituiutaba, em ___ de

de 2017.

Fued José Dib
- Prefeito de Ituiutaba -

DISPENSADO O INTERTIPILO
ORÇAMENTAL DE 24 HORAS A
PRELIM DE DIA DE HOJE.
18 / 04 / 2017
PRESIDENTE

18 / 04 / 2017
PRESIDENTE
A COM. DE PLAN. ORÇ., TOMADA DE
CONTAS E FISCALIZAÇÃO
S.S., em 17 / 04 / 2017
PRESIDENTE

A COMISSÃO DE LEGISL. JUSTIÇ.
E REDAÇÃO
S.S., em 17 / 04 / 2017
PRESIDENTE

A Ordem do dia desta sessão
18 / 04 / 2017
PRESIDENTE

Aprovado em 1ª Votação
unanimidade.
18 / 04 / 2017
PRESIDENTE